



ACÓRDÃO Nº953/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10723/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Lábrea
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsáveis:** ADALFRANK TEIXEIRA DA SILVA (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICREA e DICOP
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5408/2016-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Legislativo dos Municípios do Interior . Câmara Municipal de Lábrea. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em parcial consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. Adalfrank Teixeira da Silva, responsável pela Câmara Municipal de Lábrea , no exercício 2014, com fulcro no art. 22, inciso III, alínea c, da Lei n. 2423/96 – LO/TCE);
- 9.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Adalfrank Teixeira da Silva no valor de **8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, com fulcro no art. 54, II da Lei n. 2.423/1996 c/c art. 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, devido ao conjunto de restrições não sanadas contidas nos subitens 1.2a, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.10, 3.11 e 3.12 do Relatório/Voto;

9.2.1- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável proceda com o recolhimento da multa imputada aos cofres da Fazenda Estadual (Encargos Gerais do Estado - SEFAZ), com comprovação perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº953/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.2.2- Autorizar, em caso de não recolhimento dos valores imputados, a inscrição na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei n. 2.423/96, art. 169, II, e § 6º do art. 308, todos da Resolução n. 04/2002- TCE;

9.3. Considerar em Alcance o Sr. Adalfrank Teixeira da Silva no valor total de **R\$ 12.801,20 (doze mil, oitocentos e um reais e vinte centavos)**, com fulcro no art. 25 da Lei nº 2.324/96 c/c art. 190, inciso I e art. 304, I da resolução nº 04/02 do TCE-AM, em razão dos seguintes débitos:

9.3.1 - no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), tendo em vista a prática de ato antieconômico e lesivo aos cofres públicos, consistente na não comprovação dos dispêndios com Passagens e outras despesas com locomoção (Item I do Parecer Ministerial n. 5408/2016-DMP-MPC-FCVM e subitem 4.1 do Relatório/Voto);

9.3.2- no valor de R\$ 6.301,20 (seis mil, trezentos e um reais e vinte centavos) oriundo da aquisição de material de informática por valor superior ao orçado durante o procedimento licitatório (Item II do Parecer Ministerial n. 5408/2016-DMP-MPC-FCVM e subitem 4.2 do Relatório/Voto);

9.3.3- FIXAR prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável proceda com o recolhimento dos débitos imputados aos cofres da Fazenda Municipal (Câmara Municipal de Lábrea), com comprovação perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.3.4- AUTORIZAR, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei n. 2.423/96, art. 169, II, e § 6º do art. 308, todos da Resolução n. 04/2002- TCE;

9.4. Determinar à Câmara Municipal de Lábrea a correção das irregularidades parcialmente sanadas dos subitens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.10, 3.11, 3.12, 4.2 e 4.3;

9.5. Recomendar à Câmara Municipal de Lábrea que busque o aprimoramento dos procedimentos internos quanto às restrições observadas nos subitens 1.1, 1.3a, 1.4, 2.1 e 2.2.



ACÓRDÃO Nº953/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 29 de Novembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dra. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral